

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-060-5

DOI 10.22533/at.ed.605192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
(DES)CAMINHOS PARA RECONVERSÃO DO PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA ALÉM DA CRISE GLOBAL	
<i>Juliana Grangeiro Sales Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922011	
CAPÍTULO 2	8
(RE) CONFIGURAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO NA CIVILIZAÇÃO DO CAPITAL: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS DA CONTEMPORANEIDADE	
<i>Thaynah Barros de Araújo</i> <i>Bárbara Braz Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922012	
CAPÍTULO 3	19
A DINÂMICA DA DESIGUALDADE: UM APORTE ACERCA DA VIOLÊNCIA PUBLICADA NOS SEMANÁRIOS MARANHENSES	
<i>Luís Flávio Coelho Gonçalves</i> <i>Adelaide Ferreira Coutinho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922013	
CAPÍTULO 4	34
A JUVENTUDE EM CONFLITO COM A LEI E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
<i>Viviane Rodrigues Ferreira</i> <i>Edinah Cristina Araújo de Carvalho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922014	
CAPÍTULO 5	45
A JUVENTUDE NEGRA COMO PAUTA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: AS DIRETRIZES DO PLANO JUVENTUDE VIVA NO COMBATE AO RACISMO E À VIOLÊNCIA JUVENIL	
<i>Lorena Galvão Gaioso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922015	
CAPÍTULO 6	53
A RUÍNA DO LULISMO E UMA PONTE PARA A BARBÁRIE	
<i>Wesley Helker Felício Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922016	
CAPÍTULO 7	65
A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL: RETRATOS DO EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA DE FORTALEZA	
<i>Andreza Marília de Lima</i> <i>Deysiane Holanda de Oliveira</i> <i>Gilmarcos da Silva Nunes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6051922017	

CAPÍTULO 8 72

ASPECTOS CONCEITUAIS SOBRE POBREZA: O BRASIL NO PRISMA DA OBSERVAÇÃO

Alane Maria da Silva

Marilene Bizerra da Costa

DOI 10.22533/at.ed.6051922018

CAPÍTULO 9 83

CEM ANOS EM FRAGMENTOS DE POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Renner Coelho Messias Alves

DOI 10.22533/at.ed.6051922019

CAPÍTULO 10 94

CINEMA E EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Wellington Júnior Jorge

Izaque Pereira de Souza

Aline Evelin Fabrício Macedo

Ana Paula de Souza Santos

DOI 10.22533/at.ed.60519220110

CAPÍTULO 11 105

DEMOCRACIA E CONSTRUÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO: AVANÇOS E RETROCESSOS

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.60519220111

CAPÍTULO 12 117

GESTÃO SOCIAL E POLÍTICA PÚBLICA EM UM TERRITÓRIO MARCADO PELO CAPITAL: O CASO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ (RJ) E REGIÃO DA BAÍA DE SEPETIBA

Daniel Neto Francisco

Carlos Alberto Sarmento do Nascimento

Lucimar Ferraz de Andrade Macedo

Lamounier Erthal Villela

DOI 10.22533/at.ed.60519220112

CAPÍTULO 13 130

JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AFINAL DO QUE SE TRATA?

Evânia Maria Oliveira Severiano

Maria Luiza Fernandes Bezerra

DOI 10.22533/at.ed.60519220113

CAPÍTULO 14 141

LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO COMO PARCEIROS NA FORMULAÇÃO E DIVULGAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Fabrício Brito do Amaral

Maria Fernanda Brito do Amara

Deusiney Robson de Araujo Farias

DOI 10.22533/at.ed.60519220114

CAPÍTULO 15	148
MÍDIA, MEDO E A VIOLÊNCIA COMO “CASO DE POLÍCIA”	
<i>Maria de Fátima Pereira Lessa</i>	
<i>Ivone Maria Ferreira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220115	
CAPÍTULO 16	160
MOVIMENTOS SOCIAIS E RELIGIOSIDADE: A ATUAÇÃO DA PASTORAL SOCIAL DO BAIRRO DO ICUI-GUAJARÁ- ANANINDEUA/ PA	
<i>Sintia Luz</i>	
<i>Claudio Roberto Rodrigues Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220116	
CAPÍTULO 17	170
NO LIMÍAR DA MEMÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO SOBRE DISCURSOS DE VIOLÊNCIAS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL E O TECIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	
<i>Micheline Ramos de Oliveira</i>	
<i>Eduardo Guerini</i>	
<i>Aline Perussolo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220117	
CAPÍTULO 18	180
O ATIVISMO JUDICIAL E A JUDICIALIZAÇÃO DA POLÍTICA: O SURGIMENTO DA PREOCUPAÇÃO COM A QUESTÃO SOCIAL	
<i>Priscilla Ribeiro Moraes Rêgo de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220118	
CAPÍTULO 19	190
O DIREITO À POSSE: A POPULAÇÃO INVISÍVEL NO LOTEAMENTO SANTA CECÍLIA NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS	
<i>Aline Cunha da Fonseca</i>	
<i>Cristine Jaques Ribeiro</i>	
<i>Nino Rafael Medeiros Kruger</i>	
<i>Tayna Corrêa de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220119	
CAPÍTULO 20	200
O SISTEMA MINEIRO DE INCENTIVO E FOMENTO À CULTURA: CENÁRIOS POSSÍVEIS	
<i>Felipe Rodrigues Amado Leite</i>	
<i>Igor de Souza Soares</i>	
<i>Ívna Mascarenhas e Abreu</i>	
<i>Janaína Amaral Pereira da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220120	
CAPÍTULO 21	222
“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA	
<i>Carina de Santana Alves</i>	
<i>Josimara Aparecida Delgado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220121	

CAPÍTULO 22	236
PLANO BRASIL SEM MISÉRIA: FIM DA EXTREMA POBREZA? “INCLUSÃO” DOS “EXCLUÍDOS”? UM NOVO PAÍS?	
<i>Alane Maria da Silva</i> <i>Marilene Bizerra da Costa</i> <i>Kelsiane de Medeiros Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220122	
CAPÍTULO 23	247
POBREZA CONTEMPORÂNEA NAS MARGENS DE FORTALEZA-CE: TENDÊNCIA DE (HIPER) INDIVIDUALIZAÇÃO EM TERRITÓRIOS ESTIGMATIZADOS	
<i>Leila Maria Passos de Souza Bezerra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220123	
CAPÍTULO 24	259
POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E A ABERTURA PARA UMA EDUCAÇÃO CONSCIENTIZADORA	
<i>Aline Evelin Fabrício de Macedo</i> <i>Ana Paula de Souza Santos</i> <i>Fujie Kawasaki</i> <i>Rafael Pereira</i> <i>Tatiana Kolly Wasilewski Rodrigues</i> <i>Wellington Júnior Jorge</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220124	
CAPÍTULO 25	269
POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DO TURISMO NO LITORAL PIAUIENSE	
<i>Francisco Coelho Mendes</i> <i>Magnólia Lima Verde Coelho Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220125	
CAPÍTULO 26	281
POLÍTICAS PÚBLICAS NO MEIO RURAL: REFLEXÃO A PARTIR DA BIOGRAFIA DE PATATIVA DO ASSARÉ	
<i>Mônica Sales Barbosa</i> <i>Bryan Silva Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220126	
CAPÍTULO 27	293
PROGRAMA ACELERAÇÃO DE CRESCIMENTO (PAC) E URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS: ALGUNS INDICADORES DA INTERVENÇÃO URBANÍSTICA NA BACIA DA ESTRADA NOVA EM BELÉM (PA)	
<i>Welson de Sousa Cardoso</i> <i>Sandra Helena Ribeiro Cruz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220127	

CAPÍTULO 28	304
REFORMA DO ESTADO, PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL: EFEITOS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICÍPIO DE VIÇOSA, MINAS GERAIS	
<i>Carla Beatriz Marques Rocha e Mucci</i>	
<i>Odemir Vieira Baeta</i>	
<i>Theressa Cristina Marques Aquino</i>	
<i>Rennan Lanna Martins Mafra</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220128	
CAPÍTULO 29	322
REFORMA OU REVOLUÇÃO NO MARCO DO ESTADO CAPITALISTA: APONTAMENTOS	
<i>Frednan Bezerra dos Santos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220129	
CAPÍTULO 30	334
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A CULTURA ALIMENTAR DA POPULAÇÃO QUILOMBOLA	
<i>Wanda Griep Hirai</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220130	
CAPÍTULO 31	346
TRÂNSITOS E TRANSGRESSÕES: TRANSFOBIA NOS PISTÕES DE SÃO LUÍS	
<i>Tuanny Soeiro Sousa</i>	
<i>Luama Alves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220131	
CAPÍTULO 32	358
UM ESTADO SEMIDEMOCRÁTICO E SEUS CONSELHOS	
<i>Lúcia de Fátima Barbosa Magalhães Moraes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220132	
CAPÍTULO 33	370
UMA REFLEXÃO SOBRE A SEGURANÇA ALIMENTAR, POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E A DESNUTRIÇÃO INFANTIL	
<i>Janine Pereira da Silva</i>	
<i>Rosimeri Salotto Rocha</i>	
<i>Valmin Ramos-Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220133	
CAPÍTULO 34	381
A POLÍTICA PÚBLICA DE RESERVA DE VAGAS PARA NEGROS NOS CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS NO BRASIL: CONQUISTAS E DESAFIOS	
<i>Regyna Kleyde de Holanda Duarte</i>	
DOI 10.22533/at.ed.60519220134	
SOBRE A ORGANIZADORA	392

“PARA O CENTRO TER VIDA ELE PRECISA TER GENTE”: RESISTÊNCIA E PERMANÊNCIA NA POLÍTICA DE REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS MORADORES DA REGIÃO DA 7ª ETAPA

Carina de Santana Alves

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
da Universidade Federal de Sergipe
São Cristóvão – Sergipe

Josimara Aparecida Delgado

Instituto de Psicologia – Curso de Serviço Social
– Universidade Federal da Bahia
Salvador – Bahia

RESUMO: O presente trabalho objetiva apresentar as reflexões do estudo realizado acerca da política de revitalização do Centro Histórico de Salvador e sua relação com a efetivação do direito humano à moradia. A pesquisa foi orientada pelo método dialético de compreensão da realidade, de caráter qualitativo. As técnicas utilizadas foram: aplicação de questionário e entrevista semiestruturada com moradores da região da 7ª etapa do Centro Histórico de Salvador pertencentes à AMACH. As reflexões feitas a partir dos dados coletados permitiu compreender as contradições da relação Estado/Sociedade, bem como aspectos que caracterizam a luta pela moradia num grande centro urbano como Salvador.

PALAVRAS-CHAVE: moradia; urbano; Salvador.

ABSTRACT: The present study aims to present the reflections of the study held about

the revitalization policy of Salvador’s historical center and its relation with the effectuation of the human right to housing. The research was guided by the dialectical method of understanding reality, of qualitative character. The techniques used were: applying questionnaire and semi-structured interview with residents of the region of 7th section of Salvador’s historical center belonging to AMACH. The reflections made from the data collected allowed to understand the contradictions of State/society relationship, as well as aspects that characterize the struggle for housing in a large urban centre as Salvador.

KEYWORDS: housing; urbano; Salvador.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as reflexões do estudo realizado acerca da política de revitalização do Centro Histórico de Salvador e a sua relação com a efetivação do direito humano à moradia da população da região, a partir da perspectiva da própria população-alvo, em especial os denominados moradores da 7ª etapa. Ao proceder a esse “recorte” da realidade social, pretendeu-se investigar como foi implementada a referida política, fazendo uma articulação com a Política Habitacional Brasileira e a estrutura

social vigente, buscando identificar de que forma, em quais dimensões essa política violou o direito à moradia daqueles moradores locais e de que forma esses mesmos moradores, especialmente os residentes da região conhecida como 7ª etapa, resistiram à continuidade dessa política nos moldes em que estava sendo implementada pelo Governo do Estado da Bahia.

Como referencial teórico para a análise pretendida apresentamos a discussão sobre a relação entre a sociedade do capital e as configurações que ela reverbera no espaço geográfico e como se constitui no cenário contemporâneo a chamada questão urbana. Além disso, faz-se necessária uma análise de como algumas características da formação da sociedade brasileira contribuem na constituição da questão urbana brasileira e nas lutas sociais pelo direito à cidade.

2 I “O MODO DE PRODUÇÃO DA SOCIEDADE É O MODO DE PRODUÇÃO DO SEU ESPAÇO”: O ESPAÇO URBANO NA SOCIEDADE DO CAPITAL

O pressuposto dessa discussão é a compreensão do capital enquanto relação intrínseca a toda a teia de relações sociais presentes na sociedade, estando, pois, presente também no espaço urbano, determinando uma configuração e ocupação específicas e reproduzindo as desigualdades inerentes à sua lógica.

Assim, conforme Guimarães,

O espaço como produto da atividade humana e da relação homem-natureza faz parte do processo de reprodução geral da sociedade e, tendo sua produção assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, e também mercadorizado, tal como a cidade e a própria moradia que passam a serem concebidos como mercadorias necessárias à viabilização da produção, circulação, distribuição e troca, condição para a realização do ciclo de acumulação de capital (2013, p. 181).

O ponto de partida para a produção capitalista foi o processo de acumulação primitiva, através do qual foram acumuladas nas mãos dos burgueses as condições necessárias (meios de produção, matérias-primas e trabalho assalariado) para a produção capitalista e, por conseguinte a acumulação de mais-valia, essência da sociedade do capital.

De acordo com Marx (1989, p. 15) a ordem econômica capitalista “saiu das entranhas da ordem econômica feudal. A dissolução de uma produziu os elementos constitutivos da outra”. Segundo Marx (1989), para que o “sistema capitalista viesse ao mundo” seriam necessárias duas condições fundamentais: “a separação radical entre produtor e os meios de produção” – que se deu através da expropriação, despojando o produtor de todos os seus meios de produção – e a extinção da condição de servidão para que o trabalhador fosse livre para vender a única coisa que lhe restou – a sua força de trabalho.

Assim, é possível perceber o papel decisivo que a apropriação do solo teve – enquanto constituinte do capital constante (meios de produção) necessário ao início do processo de produção de mais-valia – para a nova sociedade fundada sob a égide do capital, onde a terra se torna um artigo de comércio.

Outro marco importante na consolidação da sociedade capitalista e do modo de produção capitalista, consagrando a forma especificamente capitalista de produzir, foi a industrialização. Segundo Lefebvre (1991), a industrialização é motor das transformações que caracteriza a sociedade moderna e é o processo indutor da constituição da problemática urbana. O processo de industrialização nasce com o capitalismo concorrencial e a burguesia industrial nascente, no entanto, a constituição da cidade é anterior a esse processo, como Lefebvre chama a atenção, antes da industrialização houve a cidade oriental, a cidade arcaica e a cidade medieval. Deste modo, cabe um questionamento, qual seria então a configuração específica dada pela industrialização e pela sociedade do capital às cidades?

Lefebvre nos traz uma tese para responder tal questionamento:

[...] a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (1991, p. 6).

Nesse sentido, o capital e o processo de industrialização se apropriam do espaço da cidade, do sistema urbano preexistente, enquanto espaço de concentração de capitais e ampliação da acumulação, pois nas cidades estavam concentrados os elementos essenciais necessários à produção: “mercados, fontes de capitais disponíveis, residências dos dirigentes econômicos e políticos e reservas de mão-de-obra”. O capitalismo se apropria do solo urbano como forma de potencializar a sua acumulação prevalecendo o valor de troca sobre o valor de uso das cidades.

Segundo Limonad (1999, p.72), o significado de urbanização para Lefebvre “seria a condensação de processos sociais e espaciais que haviam permitido ao capitalismo se manter e reproduzir suas relações essenciais de produção” e para a sobrevivência desse modo de produção seria necessária a produção constante de um espaço social de reprodução de sua lógica. Outro autor marxista fundamental nessa discussão é David Harvey que nos dá pistas importantes para a compreensão do urbano na contemporaneidade, na medida em que estuda a relação entre a sociedade do capital e o espaço geográfico a partir da lógica da produção e circulação de mercadorias.

A partir de Harvey (2006), entende-se que o capital, por sua natureza de acumulação constante, impulsiona a organização espacial e a expansão geográfica como processos necessários à acumulação e à expansão desta, na medida em que reduzem os custos com a circulação de mercadorias no espaço. A partir dessa necessidade do capital de minimizar o tempo de circulação das mercadorias e assim

ampliar o excedente, a mais-valia, é que surgem os grandes centros urbanos, a produção do espaço geográfico de acordo com as necessidades de acumulação do capital.

No cenário contemporâneo o capital vem sofrendo transformações decorrentes da crise do modelo fordista de produção a partir de 1970 e a emergência do novo padrão de produção chamado flexível marcado pela precarização e flexibilização dos processos de trabalho, pela desregulamentação dos direitos trabalhistas e ênfase na lógica da financeirização da economia, segundo Marx, o chamado capital fetiche que mascara o real fator de acumulação do capitalismo que é a mais-valia extraída a partir do trabalho não pago. A reestruturação do capitalismo e a economia financeirizada e especulativa, novas formas de organização da produção capitalista, vão imprimir no espaço urbano características particulares, acirrando cada vez mais as desigualdades refletidas na apropriação do solo.

Segundo Harvey, o momento atual de crise do capital representa mais do que uma crise financeira, mas uma crise urbana que tem origem nas especulações imobiliárias. O investimento em imóveis e terras tem sido uma forma lucrativa para aplicar o capital excedente acumulado no processo de produção através da extração da mais-valia, o que tem levado ao encarecimento dos imóveis urbanos e impulsionando a segregação socioespacial, empurrando a grande massa da população para as periferias e faixas do solo menos valorizadas e que não interessam aos investimentos do capital.

Nesse sentido, a terra – a expropriação dela – teve papel essencial para a constituição dos grandes engenhos de açúcar e mais tarde as fazendas de café. A grande disponibilidade de terras, no caso do Brasil, já representava fator favorável para o tipo de produção mencionado, no entanto, para atender plenamente aos interesses do capitalismo comercial da metrópole portuguesa, era necessário concentrar as terras nas mãos do seu grande capital, o que implica processos de expropriação já mencionados como processos essenciais à acumulação primitiva do capital. Nessa direção, Santos (2012) chama atenção para o fato de que a especulação fundiária decorre desse processo – a terra adquire valor comercial na medida em que representa para o capital a extração de mais-valia.

Ferreira (2005) afirma que este é o cerne da expressão urbana desigual das cidades brasileiras, e tem origem na constituição da propriedade fundiária no Brasil Colonial. No período colonial até meados do século XIX, segundo o autor, a terra era concedida pela Coroa Portuguesa através das sesmarias ou eram ocupadas indiscriminadamente. Com a Lei de Terras, em 1850, a terra foi transformada em mercadoria e ficava nas mãos de quem detinha o título de propriedade e de quem as podiam comprar da própria Coroa.

Segundo Silva (1989), ao longo da história de urbanização/industrialização do Brasil, a política habitacional, implementada pelo Estado, caracteriza-se pela exclusão, repressão e controle das classes populares através da violação do direito à moradia. A questão habitacional brasileira, nesse sentido, está inserida, em nível estrutural, no

contexto de desenvolvimento do capitalismo, constituindo-se em um “problema social” para a classe trabalhadora no contexto de expansão do capital no país e da população urbana com o desenvolvimento da industrialização e o êxodo rural, o que obriga os segmentos mais populares a alternativas precárias de moradia, a exemplo dos cortiços e das autoconstruções precárias em favelas, sem acesso aos serviços básicos como água, luz, transporte, saúde, etc.

A segregação sócio-espacial é outra característica importante da política ou da falta de política habitacional do Estado voltada à classe popular. De acordo com Silva (1989, p. 34) “[...] a localização geográfica das classes populares fora da cidade decorrente [...] do fato de a ‘escolha’ do local de moradia ser condicionada por uma restrição, sobretudo financeira, que provoca a segregação dessas classes como decorrência intrínseca do capitalismo, reforçada pela ação do Estado [...]”.

Prosseguimos com a análise de um novo processo histórico que se inicia a partir da efervescência dos movimentos sociais populares da década de 70 e 80, que posteriormente mudou, em alguma medida, a correlação de forças entre Estado e sociedade civil provocou, pelo menos no plano formal, algumas mudanças de paradigmas em relação à intervenção estatal no setor habitacional e urbano.

Nesse sentido, destacamos o movimento pela Reforma Urbana e a luta pelo direito à cidade e à moradia. De acordo com Rolnik (2011) o movimento pela Reforma Urbana emerge no final da década de 70 em contraposição ao modelo de urbanização desigual e excludente desenvolvido no Brasil. O movimento reivindicava “[...] a melhoria de serviços públicos, a inclusão das favelas e periferias como objeto de investimento, [...] compensações e proteções, frente ao vazio de políticas a nível nacional”, visando assegurar a todos o direito à cidade como riqueza socialmente produzida. Segundo a autora, um dos eixos da agenda do movimento pela Reforma Urbana é a “democratização do processo decisório sobre as políticas urbanas” que permaneceu em intenso debate de 1988 a 2001, quando foi aprovado o Estatuto da Cidade, no entanto o debate levantado pelo referido movimento ainda permanece em voga, visto que os princípios e diretrizes estabelecidos pelo novo paradigma legal não tem tido, no plano da efetividade, a devida correspondência.

Em suma, é notória a realidade urbana atual marcada pela reprodução da segregação socioespacial, a crescente especulação imobiliária e a política urbana e habitacional desigual, excludente e cruel levada à cabo pelo Estado subordinado aos interesses do grande capital.

3 | O CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR: Esvaziamento, Resistências e Permanências

Salvador, terceira maior capital brasileira em população, segundo o IBGE, ficando

atrás de São Paulo em primeiro e Rio de Janeiro em segundo, tem uma população estimada, segundo o IBGE, de 2.883.682 habitantes no ano de 2013. De acordo com os dados do IBGE/PNAD, no ano de 2012, a cidade possuía um déficit habitacional absoluto de 101.101 unidades, tendo maior representatividade na faixa da população com renda de até 3 salários mínimos. Segundo Carvalho e Pereira (2013), a partir da década de 1940, Salvador vivencia um crescimento que amplia a demanda por moradia. Com a estrutura fundiária historicamente marcada pela grande propriedade, a população mais pobre foi penalizada nas áreas de habitação popular, ou invasões, como foram chamadas.

A partir da segunda metade do século XX, os centros históricos vivenciaram um processo de abandono decorrente da crise do modelo de acumulação fordista, onde novos centros foram criados e os centros tradicionais foram esvaziados como foi o caso do Centro Histórico de Salvador. (MOURAD, 2011). Segundo Sant’Anna (200-?), o processo de esvaziamento e desvalorização do Pelourinho, iniciado nos anos 60 tratava-se de um projeto levado a cabo pelo governo estadual e pelo grande capital imobiliário, abrindo espaço para uma intervenção de grande porte, agressiva e excludente. A partir da década de 1990 esses espaços tornaram-se alvo de políticas de requalificação pautadas na “higiene social”, “reinvestimento econômico” e ressignificação do espaço. Segundo Mourad e Baltrusis (2011, p. 3) o “processo de requalificação para a área foi pensado e executado de acordo com um tipo de urbanismo excludente, que privilegia as intervenções voltadas ao turismo, que acabam comprometendo a manutenção dos moradores tradicionais, em sua maioria pobre, no local”.

O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador teve início em 1991, com Antônio Carlos Magalhães a frente do governo do estado. “O Programa tinha por objetivo, segundo o discurso oficial, a revitalização e reestruturação urbana, criando um centro de atração turística e de atividades de lazer e diversão” (BRAGA; SANTOS, 2009, p. 24). Para implementar as intervenções propostas que previam obras de restauro, recuperação estrutural, reconstrução e conservação dos edifícios, saneamento básico, etc., a região foi dividida em quarteirões que foram denominados de etapas.

A 7ª etapa da revitalização, que teve início no ano de 2000 faz parte do Programa de Reabilitação do Patrimônio Cultural e Urbano, do Instituto Patrimônio Artístico e Cultural (IPHAN) e do Programa Monumenta, que segundo o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), é um programa de recuperação sustentável do patrimônio cultural do Ministério da Cultura – MinC com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. O projeto de recuperação da 7ª etapa tem como órgão executor a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER).

Com a ameaça de expulsões os moradores locais começaram a se organizar e em julho de 2002 fundaram a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico – a AMACH. O grupo organizado passou a se mobilizar em defesa do direito

de permanência no local, buscando apoio junto a autoridades, realizando ações de mobilização e denúncia da situação de eminência de expulsão e desqualificação dos moradores.

Em 2005, fruto do processo de luta por moradia e permanência da AMACH, foi assinado um termo de Ajuste e Conduta, no qual o governo do estado da Bahia e a CONDER são definidos como compromissários, que garante à AMACH e aos moradores da região da sétima etapa: a permanência das famílias nos imóveis recuperados para uso habitacional na sétima etapa, adquirindo-os através de financiamento do Programa de Subsídio Habitacional – PSH; a participação da comunidade na definição dos equipamentos coletivos; a instalação de uma sede provisória da AMACH até a viabilização de uma sede definitiva; promoção de cursos de capacitação e atividades de geração de renda para os moradores locais pela Secretaria de Combate à Pobreza do Estado da Bahia – SECOMP; estabelecimento de multa para o descumprimento ou violação das cláusulas estabelecidas no compromisso de ajustamento de conduta, entre outros.

Atualmente, a sétima etapa de revitalização continua em execução. Das 103 unidades habitacionais garantidas pelo processo de luta, foram entregues apenas 11 unidades – as primeiras – em 3 de outubro de 2007. Segundo Bittencourt (2011), até 2010 tinha sido entregues 18 unidades. Sobre os equipamentos comunitários também previstos – uma cozinha comunitária, uma creche pré-escola e a sede definitiva da associação – apenas a cozinha comunitária está em processo de construção.

4 | “PELO DIREITO DE CONTINUAR MORANDO NO LUGAR ONDE A GENTE SEMPRE VIVEU, ONDE TINHA UMA HISTÓRIA”: ANÁLISE DOS DADOS

O interesse por desenvolver esse trabalho surgiu a partir da participação em atividade de extensão promovida pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, o Workshop de Projetos Urbanos para Salvador. Nesse espaço, foi possível o contato direto com os moradores e suas questões, sobretudo acerca dos impactos da Revitalização em suas vidas. A escolha pelos moradores da região da 7ª etapa de revitalização do Centro Histórico deu-se pela reconhecida importância da associação de moradores da referida região, a Associação de Moradores e Amigos do Centro Histórico - AMACH, na luta pelo direito à moradia e permanência na região e pelas particularidades que envolvem a referida etapa de revitalização, as quais são analisadas neste estudo. O contato com os moradores, portanto, foi feito através da associação, considerando a facilidade de acesso que a instituição possui em relação aos moradores e o vínculo de confiança já estabelecido entre eles, o que facilitou a realização da pesquisa.

O trabalho de campo foi desenvolvido em dois momentos. No primeiro, o objetivo

foi traçar uma caracterização mais geral dos moradores por meio da aplicação de um questionário. A amostra para a coleta de dados foi definida, nesse momento, levando em conta a conveniência de acessibilidade aos moradores o que se tornou fundamental mediante o escasso tempo para a realização da pesquisa. Assim, nessa primeira etapa, adotamos como estratégia para acessar os moradores, a intermediação da presidente da AMACH que convidou os mesmos a participarem da pesquisa mobilizando-os para uma reunião. No entanto, nos deparamos com mais uma dificuldade imposta pela realidade concreta, muitos dos moradores encontravam-se residindo em outros bairros da cidade através do auxílio relocação enquanto aguardavam a entrega dos apartamentos na sétima etapa, o que dificultou o acesso a um maior número de moradores. Todos os moradores foram informados sobre os objetivos da pesquisa e assinaram termo de consentimento livre e esclarecido através do qual aceitaram participar da mesma.

Assim, foram aplicados os questionários a 27 moradores da região da 7ª etapa do Centro Histórico associados à AMACH, representantes de 27 do total das 103 famílias beneficiárias da política de revitalização na referida etapa. Para o tratamento dos dados, foi adotada uma abordagem quantitativa para traçar os eixos mais gerais que caracterizam o grupo pesquisado. Num segundo momento, pretendeu-se aprofundar algumas questões junto aos moradores, sobretudo relacionadas ao significado de habitar no Centro Histórico e ao processo de luta da Associação. Para tanto, foi utilizada, como instrumento de pesquisa, a entrevista semiestruturada. Para a coleta de dados feita por meio da entrevista semiestruturada, a amostra foi definida de forma intencional. No tocante ao tratamento das entrevistas, foi feita uma análise interpretativa do material, identificando categorias e relacionando-as ao perfil e à inserção sócio-cultural dos sujeitos, e a identidade dos entrevistados foi preservada com a utilização de nomes fictícios. Devido a dimensão do presente texto, apresentaremos a caracterização dos moradores entrevistados e pontuaremos as principais reflexões as quais chegamos com a pesquisa de campo.

Dos 27 moradores pesquisados, 20 são do sexo feminino e 7 são do sexo masculino. Em relação à idade, 18 dos moradores pesquisados têm entre 18 e 47 anos e 9 têm idade superior a 48 anos. Sobre a atual situação em relação ao mercado de trabalho, 21 dos 27 moradores pesquisados estão trabalhando, no entanto, se cruzarmos esse dado com os dados de ocupação e vínculo de trabalho concluímos que a maioria dos moradores pesquisados possuem ocupações relacionadas a cargos de baixa escolaridade ou subempregos, dentre as quais, porteiro, ambulante, segurança, doméstica, manicure, balconista, entre outras ligadas principalmente ao setor de serviços. Considerando os vínculos de trabalho, apenas 7 moradores possuem vínculo formal de trabalho com carteira assinada. Tal característica revela o quadro contemporâneo de reestruturação produtiva, conforme discute Antunes (2001), que vem provocando um conjunto de metamorfoses na classe trabalhadora e no mundo do trabalho decorrentes dos imperativos da acumulação flexível, precarização do trabalho,

flexibilização e retrocesso em relação aos direitos trabalhistas. Como sintetiza Druck,

Assim, a crescente flexibilização do trabalho, em todo o mundo capitalista, evidenciada na subcontratação (terceirização), no emprego temporário, nas atividades autônomas, na informalidade, nas cooperativas de trabalho e em outras formas de trabalho assalariado disfarçado – práticas flexíveis de emprego e dos mercados de trabalho – constituem formas concretas de flexibilização que se difundem em todas as atividades e lugares, associadas a processos de desindustrialização e de descentralização geográfica das fábricas (2002, p. 12-13)

Outra característica importante acerca do grupo pesquisado diz respeito à renda familiar, 26 dos 27 moradores pesquisados declararam renda familiar de até 3 salários mínimos, refletindo a situação descrita em relação à inserção no mercado de trabalho. O que nos permite concluir que se trata de um segmento da classe trabalhadora, especialmente do setor de serviços, caracterizado como uma população de baixa renda e precarizada em sua relação com o mundo do trabalho.

Quanto às trajetórias de moradia dos entrevistados, destacam-se as seguintes falas:

“A minha trajetória ... a gente sofreu muito nesses ‘casarão’, eu morava aqui ao lado, a gente sofreu muito, muita coisa horrível entendeu? Onde a gente morava era um casarão antigo, mais do que esse ... mais do que esse aqui vizinho.” (Maria)

Queriam tomar ne ... o que eu achei que foi um absurdo eles querer tomar a casa das pessoas, querer que as pessoas saiam, dando qualquer dinheiro pra pessoa sair das suas casas, abandonar ...” (Cláudia)

As falas dos entrevistados revelam o que diversos autores têm se dedicado a discutir em suas produções, ou seja, como a moradia, apesar de se constituir enquanto um direito vem sendo negligenciada por parte do Estado. Os sentimentos de insegurança, instabilidade e sofrimento permeiam a trajetória dos moradores entrevistados em relação à moradia. Especialmente quando se trata do perfil de moradores em questão, população de baixa renda, baixo nível de escolaridade e inserção precarizada no mercado de trabalho, conforme demonstrado. De acordo com Silva (1989) a esse segmento da população restam as alternativas precárias de moradia, a exemplo dos cortiços e das autoconstruções precárias em favelas, sem acesso aos serviços básicos como água, luz, transporte, saúde, etc.

A moradia adequada deve contemplar, segundo a Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU para o Direito à Moradia Adequada, aspectos fundamentais, quais sejam: a segurança da posse; a disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos; custo acessível; condições de habitabilidade como proteção contra frio, calor, chuva, vento, desmoronamento, incêndio, etc.; não discriminação e priorização de grupos sociais vulneráveis; localização adequada e adequação cultural. As falas dos entrevistados, apesar de sucintas, mostram a violação

de alguns dos critérios que compõem o direito humano à moradia adequada.

A Constituição Federal Brasileira em seu artigo 6º prevê a moradia enquanto direito social, além disso, estabelece que a propriedade deve cumprir sua função social, ou seja, deve ser utilizada em benefício do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos. No entanto, tal aparato institucional legal, complementado ainda pelo capítulo da CF que trata da política urbana e a aprovação em 2001 do Estatuto da Cidade, não possui a devida correspondência na realidade urbana atual, em especial no caso analisado da sétima etapa de revitalização do Centro Histórico.

Sobre qual o significado da moradia para os entrevistados, afirmam:

“Foi fundamental, por ter morado em vários lugares do centro histórico, por ter sido ... por ter passado ‘n’ situações, pela questão da falta de moradia, instabilidade econômica da juventude, quando adulto também, hoje é um privilégio.” (Jorge)

“O ser humano em si, desde quando ele sai da barriga da mãe... ele só ‘tava’ seguro lá, lá era a casa dele. Quando ele sai da barriga da mãe, a primeira coisa que ele quer é ‘pra’ chamar o que é seu. Então ter uma moradia não é tudo na vida, mas ela é importante, porque lhe dá o direito de ir e vir aonde você quiser e você saber que você tem um porto seguro. A moradia é isso, é a segurança do cidadão, aonde ele pode ir e vir e a qualquer hora ele sabe que ‘tá’ lá esperando ele, assim como a gente ‘tava’ na barriga da mãe ‘né’, ela ia pra onde ela quisesse e a gente ‘tava’ lá seguro, é assim que eu vejo o que é ter uma moradia.” (Joana)

As falas dos entrevistados revelam a importância da moradia enquanto segurança, estabilidade e centralidade. A esse respeito, Osório diz: “O direito a uma moradia adequada está vinculado a outros direitos humanos. Sem um lugar adequado para se viver, é difícil manter a educação e o emprego, a saúde fica precária e a participação social fica impedida” (s.d., p. 1). Fica evidente a centralidade da moradia enquanto direito fundamental que viabiliza o exercício dos demais direitos sociais. Por conseguinte, a violação do direito à moradia impossibilita o exercício pleno de diversos outros direitos.

Buscou-se apreender a relação dos moradores com o território onde vivem/moram. Morar/viver no Centro Histórico de Salvador, para os moradores entrevistados, está carregado de símbolos e sentimentos. Todos eles retratam afeto, pertencimento pelo território onde vivem. Falam de uma história de vida, da relação com os vizinhos e o trabalho.

A palavra território, segundo diversos dicionários de língua portuguesa, significa: área delimitada, extensão de terra, área de uma cidade ou país, etc. No entanto trabalharemos com outro entendimento de território. Segundo Gois e Tavares (2009, p. 1), o território não é uma configuração estática, mas é construído a partir das relações sociais de poder que supõem a diversidade de atores sociais envolvidos. As autoras recorrem a Abramovay (2001) para afirmar que “Um território representa uma tessitura de relações que encerram raízes históricas, configurações políticas e identidades [...]”.

Falamos então, nesse sentido, de uma identidade dos moradores com o território

em questão. Segundo Mondardo (2009), essa identidade envolve uma dimensão do sentimento de pertencimento a determinado grupo identitário ou a um determinado território. O autor recorre a Bauman e define a identidade enquanto uma constante disputa de poder, como uma luta discursiva e legitimadora em busca de consenso, ou seja, as identidades são construídas nas relações de poder.

Desse modo, podemos inferir, diante do que foi exposto acerca do processo de luta dos moradores locais pela permanência e pelo direito à moradia, que o referido processo político foi fundamental na construção e fortalecimento dessa identidade territorial aludida na fala dos moradores. Ou seja, a luta pela legitimação do direito de permanecer residindo no Centro Histórico contribuiu na construção de um sentimento de pertencimento ao território, revelando a dimensão concreta, além da dimensão simbólica da construção da identidade.

“Eu **gosto muito daqui**. Eu, meus filhos ... é um lugar que tem tudo, a gente tem tudo perto, tem uma padaria, um supermercado, um açougue, e a gente já conhece todo mundo, 22 anos a gente vivendo ‘né’ ... a gente se sente uma família ...” (Maria)

“... aqui a gente ... não sei se é também mal do conhecimento ... aqui a gente tem tudo, **tudo que você botar pra vender você vende**, pra trabalhar você vende ... assim um final de semana se você colocar um isopor você faz um dinheirinho pra comprar seu pão, eu vendo aqui gelo bastante ... dá o suficiente pra eu ajudar meu esposo, meu esposo ganha salário pouco ...” (Maria)

“... **porque aqui a vida é diferente** das pessoas que moram em bairro, em questão de ... aqui mostra muita coisa, em relação assim ... tudo aqui é na vista, aqui mesmo quem quiser trabalha, **o que você colocar aqui pra trabalhar, você trabalha, você ganha dinheiro** e nos outros lugares não. Você tem sempre que sair de seu local que você mora pra trabalhar e aqui não, todo mundo que mora aqui se quiser trabalhar trabalha, se quiser botar uma água bota, quiser vender cerveja vende, o que quiser fazer aqui faz, em relação a trabalho. Fica mais fácil a vida aqui em relação a trabalho.” (Antônia)

“Pra’ mim é ótimo morar aqui. Só em você morar no centro histórico e não ter tanta violência que nos outros bairros ‘tá’ tendo ‘pra’ mim já é ótimo.” (Laura)

No que se refere à compreensão dos moradores sobre a política de revitalização e o processo de organização e luta decorrente, destacam-se as seguintes falas:

“... A gente sabe que não era pra nós, moradores de baixa renda ... o programa todo era voltado pra servidor público, ele já tinha sido ... é ... esse programa de revitalização ele já vinha de etapas anteriores, então quando ele chegou na metade da sétima etapa, o que é essa metade, são as ruas do bispo, rua São Francisco, beco do seminário, Saldanha da Gama, 3 de maio, Guedes de Brito, 28 de setembro, essas ruas dentro ‘duma’ poligonal ela é chamada de sétima etapa, e dentro da sétima etapa tem dois programas de habitação, um voltado pro servidor público e o outro voltado pra nós da AMACH que é o programa de habitação de interesse social que é o “Fhis”, então a partir daí foi que mudou a vida da gente porque a gente teria que sair do local onde a gente já tinha toda uma história de vizinhança porque o governo não olhava que aquele morador que não tivesse a

escritura do imóvel, que não fosse de fato o proprietário, com a sua documentação registrada no cartório de imóveis não tinha o direito nem de permanecer e nem de ser ajudado no que eles chamavam de auxílio relocação que variava de 900 a 2500, 3000 reais pra você sair do local ou ir morar em Coutos, morar em Plataforma, sempre no subúrbio, naquele programa da minha casa... Essa foi a influência que teve, colocar 'pra' fora, sem direito a nada, os moradores, sem levar em conta sua história local." (Joana)

"(...) quando chegou na sétima etapa, metade da sétima etapa, nas ruas que já foram citadas ... foi que aí houve uma mobilização e o pessoal, as famílias começaram a se organizar, a buscar apoio político, a buscar ministério público e começar a denunciar o que o governo do estado estava fazendo com essas famílias dentro desse processo de reforma, que ao invés de acolher estavam expulsando. Mas isso foi necessário, um, dois anos de encontros e aí nós resolvemos fundar uma associação, quando a gente tinha um certo número ... naquele dia, foi no dia 3 de julho de 2002 aí nós fundamos a AMACH (...)" (Joana)

"(...) essa negociação foi mais ou menos uns dois, três anos de encontros, de conversas junto com o MP, e aí foi criado um TAC que é um termo de ajustamento e conduta e que ele foi construído conosco, com os outros órgãos do governo e com o MP. Nesse TAC, a primeira cláusula era a garantia e a permanência das famílias envolvidas dentro do processo de reforma através da AMACH" (Joana)

Diante do exposto pelas falas dos moradores, podemos perceber como o processo de luta dos moradores através da associação conseguiu, em alguma medida, mudar os rumos da implementação da política de revitalização da sétima etapa do Centro Histórico, onde o foco inicial era o uso dos imóveis para atividades econômicas e turísticas e habitação para servidores públicos estaduais. Aí reside a particularidade da sétima etapa de revitalização, conforme destaca Bittencourt:

O advento da 7ª Etapa apresenta, no entanto, algumas singularidades em relação às outras etapas passadas, incluindo uma maior ênfase na habitação, frente às prioridades comerciais das intervenções passadas e, em função desta característica, o processo envolve maior tensão em torno do direito vital à moradia. [...] Assim, parte dos casarões a serem reconstruídos foi contemplada com o programa habitacional de interesse social, destinado a aqueles que ganham de zero a três salários mínimos, o PHIS – Programa Habitacional de Interesse Social [...] (BITTENCOURT, 2011, p. 17).

Sobre as conquistas dos moradores no embate com o Estado, consideramos fundamental recorrermos a Coutinho (1985), para discutirmos a concepção de Estado. Fica claro em toda a nossa discussão até aqui e de acordo com a orientação teórica adotada o reconhecimento da não neutralidade do Estado. Ou seja, o Estado não é exterior à trama de relações sociais da sociedade regida pelo capital, ao contrário, é fruto dela, e atende aos interesses da classe hegemônica, a classe burguesa. Portanto, ele não expressa, através das políticas públicas e sociais, o interesse comum e coletivo, pelo menos não a priori. No entanto, não podemos deixar de considerar o papel e a influência da sociedade na definição e rumo de tais políticas através de movimentos sociais organizados, como é o caso em questão.

5 | CONCLUSÕES

Diante do exposto, cabe dizer, que o presente trabalho não pretendeu apresentar respostas conclusivas acerca da problemática urbana e habitacional de Salvador, ou em especial do centro da cidade. Este estudo pretendeu fazer algumas reflexões sobre a questão urbana, buscando, nas suas raízes históricas, indicativos para compreendê-la no cenário contemporâneo na cidade de Salvador, a partir da reflexão mais aproximada do caso da sétima etapa do Centro Histórico. Nesse sentido, sua contribuição pretendeu ser muito mais no sentido de levantar questões advindas do estudo teórico sobre a realidade urbana e da aproximação mais sistemática com os moradores da região estudada, que propriamente dar respostas conclusivas, visto que a realidade é complexa, contraditória e está em constante movimento.

Vimos, a partir do que foi apresentado no presente estudo, que o governo do estado da Bahia executou uma política de revitalização do Centro Histórico de sua capital – reconhecido como patrimônio da humanidade – que promoveu a expulsão dos moradores locais de baixa renda, numa espécie de higienização, para destinar os imóveis a atividades turísticas lucrativas para o capital, em prejuízo do valor de uso essencial dos imóveis, que é servir de moradia.

No entanto, observou-se também que esse não foi um processo livre de contradições. O movimento de resistência organizado pelos moradores locais alcançou, através da luta e do apoio de outros atores, força política capaz de mudar os rumos, em alguma medida, da política que vinha sendo implementada desde a década de 90. Conquistaram o direito de permanência de 103 famílias na região da sétima etapa, através do Programa de Habitação de Interesse Social, além de equipamentos comunitários como a creche escola e a cozinha comunitária. A luta da AMACH continua, apesar das conquistas garantidas no Compromisso de Ajustamento de Conduta e das primeiras casas terem sido entregues, o restante ainda precisa sair do papel e ser realmente efetivado.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (ORGS.). **A Cidadania Negada: Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001.

BITTENCOURT, J. M. C. D. **A participação popular nos projetos públicos de intervenção urbana: o caso da 7ª etapa de Revitalização do Centro Histórico de Salvador**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BRAGA, P. M.; SANTOS, Wilson Ribeiro dos. **Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social**. Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo. 2009. Disponível em: <http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art03_risco10.pdf> Acesso em: 25 ago. 2013.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: 1988.

CARVALHO, I. de; PEREIRA, G. C. **A cidade como negócio**. Eure. vol. 39, n. 118, set. 2013, p. 5-26.

COUTINHO, C. N. **A dualidade de poderes**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

DRUCK, G. **Flexibilização e Precarização**: formas contemporâneas de dominação do trabalho. Caderno CRH, Salvador, n. 37, p. 11-22, jul./dez. 2002.

FERREIRA, J. S. W. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no Brasil. 2005. Disponível em <<http://cidadesparaquem.org/textos-academicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos-breve-historia-da-propriedade-urbana-no-brasil>> Acesso em: jun. 2014.

GOIS, M. N. de; TAVARES, M. S. **Abordagem territorial**. [2009?]

GUIMARÃES, M. C. R. A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n. 1, p. 180-196, jan./jun. 2013.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo, SP: Annablume, 2006. cap. 2, p. 43-69.

LEFEBVRE, H. **O direito a cidade**. São Paulo, SP: Moraes, 1991. p. 3-35.

LIMONAD, E. **Reflexões sobre o espaço, o urbano e a urbanização**. GEOgraphia, ano 1, n. 1, 1999.

MARX, K. **A origem do capital**: a acumulação primitiva. 6. ed. Global Editora. 1989

MONDARDO, M. L. **Identidades territoriais e globalização**: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. Geo UERJ. ano 11, v. 2, n. 19, 2009. p. 111-137.

MOURAD, L. N. **A verdadeira face do processo de reabilitação do Centro Histórico de Salvador**. In: ST2: Produção Contemporânea do Espaço e Projetos de Urbanismo – UrbBA. Bahia. 2011.

MOURAD, L. N.; BALTRUSIS, N. **Pelourinho, entre a gentrificação e coesão social**. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. Rio de Janeiro. 2011.

OSÓRIO, L. **Direito à moradia no Brasil**. Fórum Nacional de Reforma Urbana.

ROLNIK, R. **10 anos do Estatuto da Cidade**: das lutas pela reforma urbana às cidades da copa do mundo. 2011. Disponível em: <<https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2013/07/10-anos-do-estatuto-da-cidade.pdf>>. Acesso em jun. 2014.

SANT'ANNA, M. **A recuperação do centro histórico de Salvador**: origens, sentidos e resultados. [200-?]

SANTOS, J. S. **Questão social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, M. O.S. e. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez. 1989.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-060-5

